

CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS (AJB)

0101 - FINALIDADE

Estabelecer procedimentos administrativos para a operação de embarcações de bandeira estrangeira que operam em AJB, com exceção das empregadas em esporte e/ou recreio, visando a segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e a prevenção da poluição no meio aquaviário.

0102 - AUTORIZAÇÃO

Toda embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira, cuja operação se pretenda fazer em AJB, com exceção apenas da que for operar exclusivamente na navegação de longo curso, deverá ter sido prévia e formalmente autorizada pela Autoridade Marítima.

A legislação aplicável consta do Anexo 1-A.

0103 - INDENIZAÇÕES

As despesas com os serviços a serem prestados pela Autoridade Marítima, em decorrência da aplicação desta norma, tais como vistorias, análise de planos, testes e homologação de equipamentos, pareceres, perícias, emissão de certificados e outros, serão indenizadas pelos interessados, no ato da solicitação do serviço, de acordo com os valores constantes no Anexo 1-B.

SEÇÃO I

DEFINIÇÕES

0104 - ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS (AJB)

São águas jurisdicionais brasileiras (AJB):

a) as águas marítimas abrangidas por uma faixa de doze milhas marítimas de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil, e que constituem o Mar Territorial (MT);

b) as águas marítimas abrangidas por uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir o Mar Territorial, que constituem a Zona Econômica Exclusiva (ZEE);

c) as águas sobrejacentes à Plataforma Continental quando esta ultrapassar os limites da Zona Econômica Exclusiva; e

d) as águas interiores, compostas das hidrovias interiores, assim consideradas rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras e áreas marítimas consideradas abrigadas.

0105 - PASSAGEM PELO MAR TERRITORIAL

Significa a navegação pelo mar territorial com o fim de:

a) atravessar esse mar sem penetrar nas águas interiores nem fazer escala num ancoradouro ou instalação portuária situada fora das águas interiores; ou

b) dirigir-se para águas interiores ou delas sair, ou fazer escala num desses ancoradouros ou instalações portuárias.

A passagem deverá ser contínua e rápida. No entanto, a passagem compreende o parar e o fundear, mas apenas na medida em que os mesmos constituam incidentes comuns de navegação ou sejam impostos por motivos de força maior ou por dificuldade grave ou tenham por fim prestar auxílio a pessoas, navios ou aeronaves em perigo ou em dificuldade grave.

0106 - PASSAGEM INOCENTE

É a passagem efetuada sem prejuízo à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado, devendo, ainda, ser feita em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e demais normas de direito internacional.

A passagem de um navio estrangeiro será considerada prejudicial à paz, à boa ordem ou à segurança do Estado se esse navio realizar, no mar territorial, alguma das seguintes atividades:

a) qualquer ameaça ou uso da força contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política do Estado, ou qualquer outra ação em violação dos princípios de direito internacional enunciados na Carta das Nações Unidas;

b) qualquer exercício ou manobra com armas de qualquer tipo;

c) qualquer ato destinado a obter informações em prejuízo da defesa ou da segurança do Estado;

d) qualquer ato de propaganda destinado a atentar contra a defesa ou a segurança do Estado;

e) o lançamento, pouso ou recebimento a bordo de qualquer aeronave ou dispositivo militar;

f) o embarque ou desembarque de qualquer material, moeda, animal, vegetal ou pessoa, com violação das leis e regulamentos aduaneiros, fiscais, de imigração, ambientais ou sanitários do Estado;

g) qualquer ato intencional e grave de poluição;

h) pesca;

i) investigação ou levantamento hidrográfico;

j) qualquer ato destinado a perturbar quaisquer sistemas de comunicação ou quaisquer outros serviços ou instalações do Estado;

l) qualquer outra atividade que não esteja diretamente relacionada com a passagem.

É reconhecido aos navios de todas as nacionalidades o direito de passagem inocente no Mar Territorial.

Embarcações que estejam efetuando a passagem inocente não necessitam de autorização especial de trânsito, de acordo com as regras de direito marítimo internacional, estando sujeitas apenas à verificação de praxe da documentação exigida por acordos, normas e convenções internacionais aplicáveis, ratificadas pelo governo brasileiro; e

A entrada em portos brasileiros de embarcação estrangeira que esteja em atividade de pesquisa ou investigação científica fora de AJB, exige notificação prévia, pela embaixada responsável, ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), e só poderá se efetivar após autorização especial da Marinha do Brasil.

0107 - PESQUISA OU INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

É o conjunto de trabalhos executados com finalidade puramente científica, por meio de operações de gravação, filmagem, sondagem e outras, abrangendo estudos oceanográficos, limnográficos e de prospecção geofísica.

0108 - AQUISIÇÃO DE DADOS RELACIONADOS COM A ATIVIDADE DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL

É a operação de coleta de dados por métodos, procedimentos e tecnologias próprias ou de terceiros, para serem aplicados na exploração e produção de petróleo e gás natural.

0109 - CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO DE AFRETAMENTO (CAA)

É o documento emitido pelo Departamento de Marinha Mercante – DMM, do Ministério dos Transportes, que comprova a autorização de afretamento da embarcação para emprego na navegação de cabotagem e interior.

0110 – CERTIFICADO DE LIBERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO (CLE)

É o documento emitido pelo Departamento de Marinha Mercante – DMM, Ministério dos Transportes, que comprova a autorização de afretamento da embarcação para navegação de longo curso.

0111 - INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA (IT)

É um ato administrativo que visa o controle de embarcação estrangeira autorizada a operar em AJB. A Inscrição Temporária se formalizará por meio da emissão do Atestado de Inscrição Temporária (AIT) de Embarcação Estrangeira (ANEXO 1-C), emitido pelas Capitânicas e Delegacias (CP/DL), documento sem o qual a embarcação não poderá operar em AJB.

Visando a emissão do AIT será preenchido pela CP/DL o Boletim de Atualização de Embarcações Estrangeiras (BADES), contendo informações sobre a embarcação. O modelo desse boletim constitui o ANEXO 1-D.

As embarcações estrangeiras empregadas exclusivamente na navegação de longo curso e as embarcações que realizam pesquisa ou investigação científica, não necessitam possuir o AIT.

0112 - TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA

É o número mínimo de tripulantes, associado a uma distribuição qualitativa, que permita a operação segura de uma embarcação.

A tripulação de segurança difere da lotação, que expressa o número máximo de pessoas autorizadas a embarcar, incluindo tripulação, passageiros e profissionais não tripulantes.

0113 - AFRETAMENTO A CASCO NU

É a modalidade de afretamento em que o afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação, por tempo determinado, incluindo o direito de designar o comandante e a tripulação.

0114 - SUSPENSÃO PROVISÓRIA DE BANDEIRA

É o ato pelo qual o proprietário da embarcação suspende temporariamente o uso da bandeira de origem, a fim de que a embarcação seja inscrita em registro de outro país.

SEÇÃO II

AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA EM AJB

0115 - REQUISITOS GERAIS

Toda embarcação estrangeira, visando obter a autorização para operar em AJB, deverá:

a) cumprir todas as Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil, bem como, a legislação nacional aplicável ao tipo de embarcação;

b) ter a sua arqueação bruta (AB) calculada em conformidade com a Convenção Internacional para Medidas de Arqueação de Navios, 1969 (Tonnage 69), constante do Certificado Internacional de Arqueação da embarcação, para efeito de aplicação dos requisitos das Convenções e Códigos internacionais ratificados pelo Brasil, em especial a SOLAS 74 e a MARPOL 73/78;

c) estar classificada e possuir certificados emitidos em conformidade com as convenções e códigos internacionais ratificados pelo Brasil, bem como, pela legislação nacional aplicável, por Sociedade Classificadora de Navios, com representação no país, que tenha delegação de competência para emitir esses certificados em nome do governo brasileiro. Para efeito destas normas, a embarcação classificada é aquela que possui Certificados de Classe de Casco e de Máquinas, sem nenhuma condição de classe que comprometa a segurança da embarcação.

As embarcações estrangeiras autorizadas a operar em AJB estarão sujeitas a toda a legislação aplicável às embarcações nacionais. Eventuais isenções concedidas por outras bandeiras somente serão válidas após terem sido submetidas à DPC, que irá apreciar a conveniência de sua adoção em AJB, enquanto durar o período de operação autorizado.

0116 - COMPETÊNCIA RELATIVA AO AFRETAMENTO/CONTRATAÇÃO

Compete ao órgão federal de controle da atividade marítima em que se engajará a embarcação autorizar, quando aplicável, o afretamento/contratação de embarcação estrangeira.

0117 - PROCEDIMENTOS GERAIS

O armador de embarcação de bandeira estrangeira, que tenha sido afretada/contratada para operar em AJB, deverá requerer e obter autorização da Autoridade Marítima antes de iniciar essa operação.

Com exceção de embarcação a ser empregada exclusivamente em atividade de pesquisa ou investigação científica ou de longo curso, o armador deverá solicitar a Inscrição Temporária da embarcação, diretamente ou através de seu agente/representante, por meio de requerimento à Capitania ou Delegacia (CP/DL) do porto inicial de operação. Esse requerimento deverá ter como anexo cópia da procuração do armador a seu agente/representante legal, na qual deverá constar, obrigatoriamente e de forma explícita, a atribuição de poder a esse procurador para receber, em nome do armador, notificação de infração, citação judicial e qualquer modalidade de comunicação oriunda de autoridade governamental brasileira.

Antes da emissão do AIT e do início da operação, a embarcação estrangeira por solicitação do interessado, deverá ser submetida à perícia técnica, a ser realizada por peritos navais da CP/DL, para verificação das condições materiais, dos equipamentos, da habilitação da tripulação e da documentação exigida pela legislação brasileira aplicável e convenções internacionais ratificadas pelo governo brasileiro e para estabelecimento do Cartão de Tripulação de Segurança - CTS.

A solicitação de inscrição temporária compreende a solicitação da perícia técnica e do laudo para emissão do CTS, devendo o requerimento ser acompanhado do modelo constante do Anexo 1-E, preenchido com as informações da embarcação a ser inscrita.

Após o cumprimento das exigências impeditivas eventualmente apontadas na perícia, a CP/DL emitirá o Atestado de Inscrição Temporária (AIT), documento em que o representante da Autoridade Marítima atestará a regularização da embarcação estrangeira para a operação em AJB.

0118 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA

O Armador ou seu Representante Legal por embarcação estrangeira, para obter a Inscrição Temporária, deverá apresentar os documentos relacionados no item A do Anexo 1-F.

Em adição aos documentos citados acima, deverão estar disponíveis a bordo por ocasião da perícia técnica os documentos relacionados no item B, do Anexo 1-F.

SEÇÃO III

SITUAÇÕES DE OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA EM AJB

A embarcação estrangeira poderá estar operando em AJB em uma das seguintes situações:

0119 - AFRETADA PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PARA APOIO MARÍTIMO

a) Requisitos

- Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a embarcação deverá possuir o Certificado de Autorização de Afretamento (CAA); e
- Declaração de Conformidade para transporte de petróleo e seus derivados a granel conforme estabelecido no Capítulo 4, inclusive para embarcação de apoio marítimo que efetue esse tipo de transporte, independente do volume transportado ;

b) Competência

Compete ao órgão federal responsável pelo controle das atividades de transporte marítimo, mediante a emissão do CAA, autorizar o afretamento da embarcação estrangeira para operação na navegação de mar aberto de cabotagem ou de apoio marítimo e na navegação interior; e

c) Procedimentos

Além dos procedimentos gerais constantes do item 0117, o requerimento do interessado deverá ter como anexos os documentos listados no item "A" do Anexo 1-F.

0120 – AFRETADA PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

I) Transporte de Passageiros na Navegação em Mar Aberto

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a embarcação deverá ter autorização da DPC concedida em requerimento.

b) Competência

Compete à DPC autorizar a Inscrição Temporária da embarcação, após a realização de perícia e a emissão da Declaração de Conformidade.

c) Procedimentos

Além dos procedimentos gerais constantes do item 0117, o requerimento do interessado deverá ter como anexos os documentos listados no item "A" do Anexo 1-F.

II) Transporte de Passageiros na Navegação Interior

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a embarcação deverá possuir o Certificado de Autorização de Afretamento (CAA);

b) Competência

Compete ao órgão federal responsável pelo controle das atividades de transporte marítimo interior, mediante a emissão do CAA, autorizar o afretamento da embarcação estrangeira para efetuar o transporte de passageiros na navegação interior; e

c) Procedimentos

Além dos procedimentos gerais constantes do item 0117, o requerimento do interessado deverá ter como anexos os documentos listados no item “A” do Anexo 1-F.

0121 - AFRETADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TURISMO NÁUTICO

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a prestação do serviço pela embarcação deverá ter parecer favorável do órgão federal responsável pela atividade de turismo.

b) Competência

Compete à DPC autorizar a Inscrição Temporária da embarcação, mediante apresentação de parecer do órgão federal competente.

c) Procedimentos

Além dos procedimentos gerais constantes do item 0117, o requerimento da empresa responsável pelo afretamento deverá ter também como anexos uma cópia do contrato de afretamento e uma declaração formal de assunção de responsabilidade civil. Apenas empresas de navegação que explorem o ramo do turismo náutico, devidamente regularizadas pelas leis brasileiras, podem requerer essa autorização.

Para embarcações com AB igual ou inferior a 500, a solicitação de Inscrição Temporária deverá ser requerida por empresa de navegação do ramo do turismo náutico, devidamente cadastrada no órgão federal responsável pela atividade de turismo.

Embarcações com AB superior a 500 serão consideradas como sendo empregadas no transporte de passageiros. As que transportem mais de doze passageiros e que possuam a certificação exigida pela Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar – 1974 (SOLAS 74) e suas emendas em vigor (Certificado de Segurança para Navios de Passageiros ou Certificado de Segurança de Embarcação de Alta Velocidade), deverão ser submetidas à perícia por CP/DL e cumprirão o previsto no item 0117. Caso a embarcação não possua essa certificação, deverá ser requerida à CP/DL a análise e aprovação da documentação, conforme previsto na NORMAM 01 ou NORMAM 02, de acordo com o tipo de navegação.

A Inscrição Temporária deverá ser solicitada pelo interessado na CP/DL do porto inicial de operação, mediante apresentação de requerimento, com despacho DEFERIDO, concedido pela DPC. Nesse requerimento deve constar claramente a assunção de responsabilidade civil.

d) Navios de passageiros em cruzeiro marítimo em AJB

Esse tipo de embarcação, desde que não esteja afretada por empresa brasileira de navegação, receberá tratamento idêntico ao da embarcação estrangeira empregada na navegação de longo curso, estando, portanto, isenta de Inscrição Temporária.

0122 - CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, TAIS COMO: OBRA DE INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA, DRAGAGEM, LEVANTAMENTO HIDROGRÁFICO, EXTRAÇÃO DE AREIA, PESQUISA, EXPLORAÇÃO, REMOÇÃO E DEMOLIÇÃO DE COISAS OU BENS AFUNDADOS, SUBMERSOS, ENCALHADOS E PERDIDOS E OUTROS NÃO ESPECIFICADOS NESTA NORMA

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a contratação da embarcação deverá ter parecer favorável do órgão federal responsável pela atividade pretendida.

No caso específico de serviço de levantamento hidrográfico, a empresa contratante deverá obter autorização da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) para o serviço em questão, conforme previsto na legislação em vigor;

b) Competência

Compete à DPC autorizar a Inscrição Temporária da Embarcação Estrangeira, mediante parecer do órgão federal responsável pela atividade pretendida.

c) Procedimentos

1) A empresa responsável pelo afretamento deverá encaminhar requerimento à DPC solicitando autorização para operar em AJB, tendo como anexos uma cópia do contrato de afretamento e uma declaração formal de sua responsabilidade civil.

2) No caso de operação eventual de embarcação estrangeira em atividade de salvamento, não será feita a Inscrição Temporária. As CP/DL mediante conhecimento prévio do plano de salvamento, autorizará a operação e deverá ser mantida informada de todo o desenvolvimento da faina, conforme previsto na NORMAM 16;

3) No caso de operação de embarcação estrangeira que venha realizar reparo indispensável e emergencial em cabos submarinos, não será feita Inscrição Temporária. A empresa brasileira responsável pelo reparo deverá solicitar à DPC autorização para operação em AJB, via fax com cópia à CP/DL da área onde o reparo será realizado, informando os dados do navio, período de operação e o primeiro porto brasileiro que a embarcação demandará, se houver, contudo, a embarcação estrangeira empregada nessa atividade cuja base esteja situada em AJB, deverá fazer Inscrição Temporária. **4)**

A Inscrição Temporária deverá ser solicitada pelo interessado na CP/DL do porto inicial da operação, mediante apresentação de requerimento deferido pela DPC. Nesse requerimento deve constar claramente a assunção de responsabilidade civil; e

5) Durante o período de operação, o responsável pela embarcação deverá cumprir as seguintes determinações:

5.1) alocar áreas compatíveis com a operação, para um período máximo de três dias, renovando sempre que necessário e cancelando a área quando a operação tiver sido interrompida ou quando o navio encontrar-se no porto;

5.2) aderir ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM), quando determinado pelo Representante da Autoridade Marítima, devendo enviar informação periódica da mensagem de posição e intenção de movimento nas próximas vinte e quatro horas e suas alterações, dentro da área alocada;

5.3) informar à CP em cuja jurisdição será realizada a operação, as áreas a serem alocadas, incluindo os seguintes parâmetros:

- nome do navio;
- características do navio (cores do casco e superestrutura);
- comprimento do dispositivo de reboque (caso haja);
- rumos e velocidade média de deslocamento durante os serviços;
- data do início e término dos serviços; e
- área de trabalho (coordenadas geográficas – lat/long) que delimitam a

área de trabalho.

Essas informações deverão ser encaminhadas à CP com antecedência mínima de 7 dias úteis, de modo a possibilitar a divulgação em Aviso aos Navegantes, exceto quando se tratar das atividades previstas nas alíneas 1 e 2 acima que deverão ser informadas logo após se tomar conhecimento da faina emergencial.

0123 - CONTRATADA PARA EMPREGO NA PESCA OU AUTORIZAÇÃO PARA PESCA EM AJB

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a embarcação deverá estar autorizada por Portaria emitida pelo órgão federal responsável pelo controle das atividades de pesca, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U).

b) Competência

Compete ao órgão federal responsável pelo controle das atividades de pesca autorizar o contrato de embarcação de pesca estrangeira, e autorizar, em decorrência de acordos intergovernamentais, a embarcação estrangeira pescar em AJB.

c) Procedimentos

Além dos procedimentos gerais constantes do item 0117 o requerimento do interessado deverá ter também, cópia da Portaria de autorização do órgão federal responsável pelo controle das atividades de pesca, publicada em D.O. U.

d) Observação

A embarcação autorizada a pescar em AJB, em decorrência de Acordos Intergovernamentais, não tem direito a tratamento diferenciado das demais embarcações estrangeiras contratadas para emprego na pesca.

As embarcações de pesca deverão apresentar Certificado de Borda-Livre ou documento similar que ateste o calado máximo da embarcação, emitido pela Administração do país de bandeira. No caso da inexistência desse documento, deverá ser atribuída uma Borda-Livre Nacional, de acordo com o estabelecido nas NORMAM 01 ou 02, conforme o caso, antes do início da operação comercial do barco no país.

Essas embarcações deverão ainda apresentar nos costados marcas de borda-livre correspondentes ao calado máximo atribuído. No caso da existência de um Certificado de Borda-Livre ou documento similar emitido pelo país de bandeira sem a devida marcação nos costados, deverão ser adotadas as marcas previstas nas NORMAM 01 ou 02, conforme o caso, considerando-se os limites estabelecidos na certificação emitida pelo país de bandeira.

0124 - REALIZAR ATIVIDADE DE AQUISIÇÃO DE DADOS RELACIONADA A ATIVIDADE DO PETRÓLEO E DO GÁS NATURAL

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a embarcação deverá ter:

- autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) publicada em D.O.U, para realizar atividade de aquisição de dados na área pretendida;
- autorização da DPC concedida em requerimento;
- declaração da empresa detentora da autorização, em que conste seu nome e outros dados identificadores, bem como o(s) da(s) empresa(s) contratada(s) para executar(em) a operação; e
- roteiro previsto para execução da operação, onde deverão estar indicados as posições das estações oceanográficas, caso haja, e as áreas geográficas precisas onde a operação vai se desenvolver; tal roteiro deve ser apresentado em carta náutica de escala conveniente à apreciação do serviço pretendido.

b) Competência

Compete à Agência Nacional do Petróleo (ANP), autorizar a realização de atividades de aquisição de dados por empresas interessadas. Essas Autorizações serão publicadas em DOU.

c) Procedimentos

Deverão ser cumpridos os procedimentos gerais constantes do item 0117, no que couber.

Encaminhar requerimento à DPC, tendo também como anexos os seguintes documentos:

- declaração da empresa detentora da autorização em que constem os seguintes dados:

- as características do navio e de todo o instrumental utilizado na operação e das embarcações de apoio, quando aplicável;

- as frequências radioelétricas, tipo de emissão e potências de irradiação passíveis de serem empregadas nas comunicações;

- as datas previstas para o início e término da operação, bem como para a instalação e a retirada de equipamentos, quando aplicável;

- as datas previstas para escalas em portos nacionais;

- o número de vagas reservadas a bordo dos navios, no mínimo duas para Oficiais Observadores da Marinha do Brasil, caso necessário; e

- garantia de acesso amplo e irrestrito a todos os espaços, equipamentos, instrumentos e registros de bordo ao representante da Marinha do Brasil designado para acompanhar os serviços.

Após o deferimento da DPC, o interessado deverá solicitar que a embarcação seja submetida à perícia, conforme previsto no item 0131 destas Normas.

A autorização para início da operação deverá ser solicitada à CP/DL/AG após a embarcação ter sido periciada e não constar qualquer pendência impeditiva da perícia.

Durante o período de operação, as embarcações deverão cumprir as seguintes determinações:

- 1) Alocar áreas compatíveis com a pesquisa para um período máximo de três dias, renovando sempre que necessário e cancelando a área quando o navio encontrar-se no porto ou mesmo, interromper o trabalho;

- 2) Aderir ao SISITRAM, devendo enviar, diariamente, informação de posição e intenção de movimento para as próximas vinte quatro horas (24h) e suas alterações dentro da área de trabalho;

- 3) Antes de suspender para o início das pesquisas, informar à CP os seguintes dados:

- Nome do navio;

- Características do navio (cores do casco e superestrutura);

- Comprimento e características do dispositivo de reboque;

- Rumos e velocidade média de deslocamento durante os serviços, data do início e término dos serviços; e

- Coordenadas geográficas (latitude e longitude) que delimitam a área de trabalho para os primeiros seis dias.

Essas informações deverão ser encaminhadas à CP, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência, de modo a possibilitar a divulgação em Aviso aos Navegantes.

- 4) Durante a realização da pesquisa, enviar diretamente uma mensagem do SISTRAM. Esta mensagem diária, obrigatoriamente, deverá ter o campo "Y" preenchido com as informações da área de trabalho para os próximos seis dias. O campo Y é subdividido em quatro partes:

- Y-1 – área de trabalho para os próximos três dias;

- Y-2 – área de trabalho para os três dias que se seguem aos três primeiros;

- Y-3 – área de trabalho para o 5º ou 6º dia caso o campo Y-1 só contemple 1 ou 2 dias;

- Y-4 – características do navio e do dispositivo de reboque.

Essas informações serão utilizadas pelos Distritos Navais para publicação da área de trabalho dos NPS em Aviso aos Navegantes, com 72 horas de antecedência.

5) Compreende-se por área de trabalho a área necessária às manobras e guinadas do navio de pesquisa e respectivos cabos. Assim, não deverão ser operados cabos ou outros dispositivos sísmicos fora dessa área.

6) No caso de interrupção ou término da pesquisa, informar no campo Y o dia em que a pesquisa cessará e o porto de destino.

7) O não cumprimento dessas instruções pelo NPS poderá acarretar a interrupção da pesquisa pela MB.

0125 - REALIZAR PESQUISAS OU INVESTIGAÇÕES CIENTÍFICAS

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a empresa responsável pela embarcação deverá possuir autorização especial da Marinha do Brasil, emitida pelo Estado-Maior da Armada (EMA), conforme previsto no Decreto nº 96.000, de 02 de maio de 1988, não sendo exigida a Inscrição Temporária.

1) Essa autorização ficará condicionada às seguintes exigências:

I. participação de representante da Marinha do Brasil nas pesquisas, sem contribuir para cobrir os custos dos trabalhos, com a garantia de reserva de vaga a bordo da embarcação, a fim de possibilitar acompanhamento de todas as operações relativas a pesquisa, sem qualquer ônus para a Marinha do Brasil;

II. garantia de acesso amplo e irrestrito a todos os espaços, equipamentos, instrumentos e registros de bordo ao representante da Marinha do Brasil designado para acompanhar os serviços.

2) Esse requerimento deverá ter como anexos documentos contendo as seguintes informações:

I - nome(s) da(s) pessoa(s) encarregada(s) da pesquisa e principais técnicos participantes, citando suas especialidades, e respectivos "curriculum vitae";

II - roteiro previsto para execução da pesquisa, indicando as áreas geográficas onde ocorrerá o desenvolvimento do projeto; que deve ser apresentado em carta náutica de escala conveniente a sua apreciação;

III - planos que regem a pesquisa, nos quais devem constar, claramente, sua natureza e seus objetivos, bem como os métodos e técnicas que serão utilizados;

IV - características da embarcação e de suas instalações de máquinas;

V - características de todo instrumental, científico ou não, que será empregado na pesquisa, assim como tipos, marcas e modelos dos sistemas de processamento de dados existentes a bordo e respectivos periféricos e agregados;

VI - frequências radioelétricas, tipos de emissão e potências de irradiação passíveis de serem empregadas nas comunicações durante o período da pesquisa;

VII - tipo de navegação que será adotado;

VIII - datas previstas para início e término da pesquisa, bem como para instalação e a retirada de equipamentos;

IX - escalas previstas em portos nacionais;

X - data prevista para escala no último porto estrangeiro, antes do início dos trabalhos em AJB, e no primeiro porto estrangeiro após o seu término;

XI - particularidades técnico-científicas e estruturais da embarcação a ser utilizada, acompanhadas de fotografias elucidativas; e

XII - número de vagas reservadas a bordo para representantes da Marinha do Brasil.

b) Competência

Compete ao EMA, mediante Portaria publicada em DOU, conforme sistemática prevista no Decreto nº 96.000/88, autorizar a operação de embarcação estrangeira a ser empregada nas atividades de pesquisas e investigações científicas em AJB.

c) Procedimentos

A empresa responsável pela embarcação deverá encaminhar requerimento ao EMA solicitando autorização para realizar pesquisas ou investigações científicas.

O responsável pela operação deverá fornecer a DHN, logo que possível, os relatórios preliminares ou parciais e, ao término da pesquisa, os resultados obtidos e as conclusões finais dos trabalhos, devendo encaminhar à DHN, até 90 (noventa) dias após o término da pesquisa, todos os dados, informações e resultados obtidos, acompanhados de uma avaliação detalhada e completa;

O Comandante da embarcação deverá informar, diariamente, às 1100Z, ao Comando de Operações Navais, a posição da embarcação em coordenadas geográficas, os rumos e as velocidades que adotará nas próximas vinte e quatro horas; e

O responsável pela operação deverá retirar, tão logo termine a pesquisa ou investigação científica, todas as estruturas e equipamentos instalados em locais sob jurisdição brasileira que por ventura tenham sido utilizados durante as operações.

Embarcação de pesquisa ou investigação científica, esta isenta da Inscrição Temporária, porém será submetida a perícia técnica no primeiro porto nacional a que demandar.

0126 - REALIZAR PROSPECÇÃO, PERFURAÇÃO, PRODUÇÃO E ARMAZENAMENTO DE PETRÓLEO (PLATAFORMAS, NAVIOS SONDA, FPSO e FSO)

a) Requisitos

Além dos requisitos gerais constantes do item 0115, a empresa responsável pela atividade pretendida deverá apresentar Contrato de Concessão da área (bloco) em questão, firmado com a ANP.

A embarcação deverá atender aos requisitos do MODU Code 79, sendo que as construídas após 1º de maio de 1991 deverão atender aos requisitos do MODU Code 89.

b) Competência

Compete à ANP autorizar, por meio de contrato de concessão, os casos especificados neste item.

c) Procedimentos

Além dos procedimentos gerais constantes do item 0117, a empresa responsável pelo afretamento deverá encaminhar à CP/DL em cuja jurisdição se situe a área em que pretenda iniciar a operação, requerimento tendo também como anexo cópia do contrato firmado com a ANP e declaração formal de responsabilidade civil, emitida pela empresa contratante pela prestação do serviço.

0127 - OPERAÇÃO DE EMBARCAÇÃO DE ESTADO ESTRANGEIRO SEM FINALIDADE COMERCIAL

A operação de embarcação de Estado Estrangeiro em AJB necessita de autorização específica da Marinha do Brasil, mesmo em condições de passagem inocente. Essas operações são regulamentadas por normas específicas do EMA, não havendo necessidade de se fazer Inscrição Temporária.

0128 - FUNDEIO OU PARADA NO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO, QUANDO EM PASSAGEM INOCENTE.

a) Quando, por qualquer motivo que não seja de força maior, tenha a embarcação estrangeira que parar as máquinas ou fundear dentro dos limites do mar territorial brasileiro, o Comandante, ou o representante do Armador, deverá comunicar a CP/DL, com jurisdição na área, com antecedência de vinte e quatro horas, a hora de parada e partida, o local de fundeio e a sua finalidade;

b) Nos casos de força maior, a comunicação deverá ser feita, imediatamente, após o fundeio ou parada;

c) A CP/DL, atendendo às características locais e a finalidade do fundeio ou parada, poderá determinar o local para esse fim, ou mesmo determinar que a embarcação deixe o Mar Territorial Brasileiro; e

d) A critério do Representante Local da Autoridade Marítima, caso o fundeio ou parada seja considerado injustificado, poderá ser determinada que a embarcação deixe o mar territorial brasileiro.

0129 – DISPENSA DE INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA

Além das embarcações de pesquisa científica, a embarcação estrangeira afretada cuja permanência em AJB não exceda 30 (trinta) dias a cada 12 (doze) meses estará dispensada de fazer a inscrição temporária desde que atendidas as seguintes condições:

- a) cumprir os requisitos gerais constantes do item 0115;
- b) apresentar a autorização do órgão federal competente;
- c) cumprir todas as convenções e códigos internacionais ratificados pelo Brasil; e
- d) encaminhar requerimento à CP/DL do porto inicial de operação, solicitando autorização para iniciar a sua operação. Informando o período de permanência em AJB

As embarcações estrangeiras para as quais tenha sido emitido Certificado de Liberação da Embarcação (CLE) pelo órgão federal competente não estão sujeitas à Inscrição Temporária.

0130 - EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA AFRETADA A CASCO NU COM SUSPENSÃO PROVISÓRIA DE BANDEIRA

As embarcações estrangeiras afretadas a casco nu com suspensão de bandeira deverão ser inscritas no Registro Especial Brasileiro – REB, não sendo exigida a Inscrição Temporária.

Durante o período em que a embarcação estiver inscrita no REB estará sujeita a toda regulamentação aplicável às embarcações nacionais.

SEÇÃO IV

PROCEDIMENTOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA

0131 - PERÍCIATÉCNICA

a) Toda embarcação estrangeira, antes de obter a Inscrição Temporária, deverá ser submetida a perícia a ser realizada por CP/DL, conforme previsto no item 0117.

b) A solicitação de perícia será feita utilizando-se o Modelo de Solicitação de Perícia constante do Anexo 1-E, devendo dar entrada, juntamente com a solicitação de AIT e CTS, na CP/DL do porto inicial de operação. Caso a embarcação venha ser empregada no transporte a granel de petróleo e seus derivados deverá ser utilizado o Modelo de Solicitação de Vistoria constante do Anexo 4-A.

c) Após a realização da perícia a CP/DL emitirá um Relatório, cujo modelo consta como adendo do Anexo 1-H no qual serão relacionadas as eventuais exigências que deverão ser cumpridas, visando a sanar as deficiências observadas, sendo que para cada exigência será atribuído um prazo para seu cumprimento.

d) Para embarcações de pesca e para as de carga com arqueação bruta inferior a 500 será exigida a apresentação de Certificado de Segurança da Navegação (CSN) emitido por Sociedade Classificadora reconhecida pelo Governo Brasileiro, bem como deverá ser verificado se a borda-livre mínima da embarcação se encontra devidamente marcada nos costados da embarcação, conforme estabelecido no item 0123.

e) As embarcações para as quais é necessário o Certificado de Autorização de Afretamento – CAA serão periciadas após apresentação do citado certificado ou de documento emitido pelo órgão oficial competente, informando estar em andamento o processo para sua emissão. O AIT, contudo, somente será emitido pela CP/DL após a apresentação do CAA. A operação da embarcação só poderá ser iniciada após a emissão do AIT.

f) Para serem periciados, os navios petroleiros, gaseiros e quimiqueiros com mais de dez anos após a data da entrega deverão estar com os tanques de carga vazios e desgaseificados. Os tanques de lastro também deverão estar vazios, com exceção apenas daqueles necessários para manter a estabilidade da embarcação, contudo, caso o inspetor julgue necessário, poderá ser solicitado a transferência de lastro para outro tanque de modo a permitir a vistoria em todos os tanques da embarcação.

g) Após a Perícia inicial, os tanques de carga e de lastro de navios petroleiros, gaseiros e quimiqueiros enquadrados na alínea anterior deverão ser novamente periciados entre dois e três anos após a data da perícia inicial.

h) O Armador poderá solicitar que a perícia dos tanques de carga e de lastro a que se refere a alínea g anterior, seja realizada por ocasião das docagens estatutárias a que o navio está sujeito.

0132 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Após a realização da perícia técnica, que não aponte deficiências, será emitida pela CP/DL uma Declaração de Conformidade (Statement of Compliance) conforme o modelo do Anexo 1-G.

A validade da Declaração de Conformidade será de no máximo 2 (dois) anos a contar da data da realização da perícia.

Para renovar a Declaração de Conformidade a embarcação deverá ser submetida a nova perícia.

Caso as deficiências apontadas não representem risco para o navio poderá ser emitida pela CP/DL uma Declaração Condicional de Autorização para Operação em AJB, com validade máxima de 30 (trinta) dias, pelo capitão dos Porto ou Delegado. Essa declaração deverá possuir em anexo uma lista com as exigências, contendo a natureza e o prazo para cumprimento das deficiências apontadas, após o cumprimento dessas exigências será emitida a Declaração de Conformidade.

O modelo de Declaração Condicional de Autorização para Operação consta do Anexo 1-H.

0133 - TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA

a) A tripulação de segurança da embarcação deverá ser estabelecida pela CP/DL onde for feita a Inscrição Temporária, com a conseqüente emissão do respectivo Cartão de Tripulação de Segurança (CTS);

b) O CTS terá um prazo de validade, constante no seu verso, idêntico ao estabelecido no AIT, podendo ser prorrogado de acordo com as alterações na validade do AIT;

c) Poderá ser emitido, antecipadamente, pela CP ou DL um CTS provisório, válido por 60 dias, para aquelas embarcações que ainda não estiverem em AJB, visando dar condições para a concessão de visto em Lista de Tripulantes;

d) Em caso de prorrogação do AIT sem que tenha havido modificação da atividade ou na área de operação da embarcação, não será necessário realizar nova perícia para emissão do CTS;

e) Caso o armador pretenda alterar a atividade ou a área de operação da embarcação será necessário realizar nova perícia para emissão CTS; e

f) A solicitação de Laudo Pericial para Emissão de CTS está contida na respectiva solicitação de perícia para emissão de AIT, não sendo necessário efetuar requerimento em separado

0134 - CONCESSÃO DE VISTOS EM LISTA DE TRIPULANTES E ALTERAÇÕES NA LISTA DE TRIPULANTES ESTRANGEIROS

a) Nos contratos de afretamento de embarcações utilizadas na Navegação de Apoio Marítimo, de Cabotagem e Interior, as empresas contratantes deverão seguir os procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.432/97 que “dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário” e em Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração (CNI);

b) A Lista de Tripulantes da embarcação constante do Anexo 1-I, contendo nomes, funções e habilitações dos tripulantes, em consonância com a Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto (STCW/95), os números dos passaportes e governos responsáveis por suas emissões, deverá ser encaminhada, para ser visada, por requerimento a CP/ DL onde será inscrita.

Deverá também ser encaminhada cópia da guia de pagamento da indenização prevista na tabela constante do Anexo 1-B.

c) O visto da CP/ DL na Lista de Tripulantes constitui o endosso da Autoridade Marítima de que a certificação de competência dos tripulantes atende o estabelecido na Convenção STCW, bem como, na legislação nacional aplicável. É documento necessário para a obtenção do Visto Temporário expedido pelo órgão federal competente da Secretaria de Imigração do Ministério do Trabalho, devendo a empresa interessada seguir os procedimentos estabelecidos em Resolução Normativa do CNI; e

d) Se durante o período do contrato houver necessidade de embarque e/ ou desembarque de tripulante estrangeiro, a empresa deverá encaminhar à CP/ DL, as alterações da Lista de Tripulantes Estrangeiros por meio do documento constante do Anexo 1-J.

0135 - PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA

A prorrogação da Inscrição Temporária (IT) poderá ser solicitada em qualquer Capitania ou Delegacia, na qual o armador ou seu representante legal deseje, recomenda-se preferencialmente aonde tiver sido realizada a inscrição inicial, por meio de requerimento que deverá ter como anexos os mesmos documentos exigidos para inscrição inicial.

Caso a prorrogação da IT seja solicitada em CP/DL que não seja a da inscrição inicial, toda a documentação constante do item “A” anexo 1-F desta norma, deverá ser juntada ao requerimento como exigido para a inscrição inicial. A CP/DL responsável pela prorrogação do IT deverá solicitar a CP/DL que realizou a inscrição inicial todo histórico da embarcação em lide.

A tramitação dessa documentação não deverá retardar o processo de prorrogação da Inscrição Temporária.

Não será necessária a realização de nova perícia para a prorrogação da IT desde que a última perícia realizada na embarcação esteja dentro da validade de um ano.

A Inscrição Temporária prorrogada terá o mesmo número da inscrição inicial, com a numeração ordinal seqüencial da prorrogação: 1º, 2º, 3º,....prorrogação.

0136 – PERÍODO DE VALIDADE DO AIT

O período de validade do AIT será igual ao menor dos seguintes períodos:

a) validade do documento que autorizou o afretamento;

- b) validade do contrato de afretamento; e
- c) 6 (seis) anos.

0137 - MUDANÇA DE NOME E BANDEIRA DA EMBARCAÇÃO QUANDO EM OPERAÇÃO EM AJB

a) A mudança de nome e bandeira de embarcação estrangeira, antes de vencido o prazo autorizado para operação em AJB, implicará no cancelamento da Inscrição Temporária com o nome antigo, sendo necessária nova Inscrição Temporária e emissão de novo AIT, com um novo nome e a nova bandeira;

b) A mudança unicamente de bandeira não implicará em cancelamento da Inscrição Temporária, sendo necessária apenas a atualização do AIT;

c) A solicitação para as mudanças acima citadas deverá ser encaminhada por meio de requerimento à CP/DL que expediu o AIT, cumprindo os procedimentos estabelecidos na seção III deste capítulo, de acordo com a situação específica de operação; e

d) Para a mudança de nome e/ou de bandeira de embarcação afretada, não será necessária a realização de nova perícia, devendo ser mantido no novo AIT o prazo de validade do AIT inicial.

0138 – CONTROLE DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS AUTORIZADAS A OPERAR EM AJB

a) As embarcações estrangeiras autorizadas a operar em AJB estarão sujeitas à Inspeção Naval e qualquer outro tipo de controle e fiscalização aplicável à embarcação nacional, não estando submetidas à sistemática de Port State Control – PSC.

b) As embarcações estrangeiras autorizadas a operar em AJB deverão manter a bordo os seguintes documentos relativos ao processo de inscrição temporária, em adição àqueles listados no Anexo 1 -F, bem como, dos estabelecidos na legislação em vigor:

- AIT e CTS emitidos pela CP/DL (documento original);
- Relatório da Perícia e registro da retirada das exigências observadas;
- Declaração de Conformidade (após o cumprimento de todas as exigências);
- Lista de Tripulantes visada pela DPC.

c) O despacho da embarcação é condicionado ao cumprimento das exigências apontadas no Relatório da Perícia, observados os respectivos prazos para seu cumprimento.

0139 - PERMANÊNCIA DE EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA NO MAR TERRITORIAL, APÓS O TÉRMINO DA AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÃO

a) O responsável pela embarcação estrangeira que necessite permanecer no mar territorial, após expirada a validade do AIT ou após o cancelamento da Inscrição Temporária, deverá requerer à CP/DL do local onde estiver operando, com trinta (30) dias de antecedência, autorização para permanecer em AJB, especificando os motivos da solicitação e informando a previsão da sua saída das AJB;

b) A permanência da embarcação estrangeira, após o período autorizado, ficará sujeita aos termos da legislação aduaneira, de competência da Secretaria da Receita Federal. Expirado o prazo da licença concedida, a CP da área de jurisdição comunicará, por escrito, o fato à Polícia Federal e à Receita Federal; e

c) Não será permitido embarcação estrangeira permanecer em AJB na condição de embarcação desarmada (laid-up).

0140 - LISTAGEM DE EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS AUTORIZADAS A OPERAR EM AJB

A DPC disponibilizará em sua página na Internet, uma listagem atualizada das embarcações estrangeiras autorizadas a operar em AJB, nas situações previstas na Seção III destas normas.

SEÇÃO IV MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

0141 - PROCEDIMENTOS

a) Deverá ser imediatamente impedida de operar em águas jurisdicionais brasileiras a embarcação estrangeira que estiver em desacordo com a presente norma. Nesse caso, a CP/DL com jurisdição sobre a área aonde a embarcação está operando, deverá comunicar o fato ao DN, com informação à DPC, por meio de mensagem com precedência PREFERENCIAL;

b) Será dada especial atenção ao término do prazo concedido para a Inscrição Temporária, findo o qual, caso não seja renovado ou nacionalizada a embarcação, deverá ser paralisada a sua operação;

0142 - CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA

A Inscrição Temporária será cancelada pela CP/DL, nos seguintes casos:

a) Por término de validade

Quando estiver expirada a validade do AIT e não tiver sido solicitada sua prorrogação.

b) Por interrupção do afretamento

Sempre que, por qualquer razão, o contrato de afretamento for interrompido antes do prazo inicialmente acordado, a empresa responsável pelo afretamento deverá informar à CP/DL, que efetuará o cancelamento da Inscrição Temporária.

c) Por poluição

A embarcação estrangeira inscrita temporariamente que for autuada por poluição ambiental, poderá ter cancelada sua Inscrição Temporária, a critério do DPC, por proposta dos CP/DL;

d) Por responsabilidade em fato ou acidente da navegação

A embarcação estrangeira inscrita temporariamente que estiver envolvida em fato ou acidente da navegação, cujo proprietário, armador ou comandante for considerado responsável, poderá ter sua Inscrição Temporária cancelada, a critério do DPC;

e) Por dificultar investigação de fato ou acidente da navegação

A embarcação estrangeira inscrita temporariamente, que esteja sendo investigada por sua participação em fato ou acidente da navegação, por meio de Inquérito Administrativo instaurado pela CP, não poderá desembarcar ou substituir seus tripulantes sem autorização do Encarregado do Inquérito, sob pena de perda da sua Inscrição;

f) Por causar problemas de fronteira marítima ou fluvial com país vizinho

A embarcação estrangeira inscrita temporariamente que causar problemas de fronteira marítima com países limítrofes ao Brasil, poderá ter sua Inscrição Temporária cancelada a critério do Representante Regional da Autoridade Marítima; e

g) Por não cumprimento da legislação brasileira

A embarcação estrangeira inscrita temporariamente que descumprir a legislação em vigor poderá ter a Inscrição Temporária cancelada, a critério do Representante da Autoridade Marítima.

